

O ESTADO DE S. PAULO

Enfrentando a crise hídrica

JERSON
KELMAN

A pior seca registrada na história de São Paulo poderia ter deflagrado uma convulsão social. Felizmente, isso não aconteceu porque a população se comportou magnificamente, convencida da necessidade de economizar água. E também porque a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) executou em tempo recorde grande número de obras emergenciais para aumentar a oferta de água e a flexibilidade operacional dos sistemas produtores. Hoje a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) está mais bem preparada para enfrentar secas muito piores do que as antevistas nos diversos planos de recursos hídricos desenvolvidos desde a década de 1960.

A situação ficará ainda melhor quando três obras concebidas para trazer água para a RMSP estiverem concluídas: a primeira, da Bacia do Rio Ribeira (até 6,4 m³/s); a segunda, da Bacia do Rio Paraíba do Sul (até 8,5 m³/s); e a terceira, da Bacia do Rio Itapanhaú (até 2,5 m³/s). Esta última beneficiará a população com água de excepcional qualidade, graças à preservação do correspondente manancial, à semelhança do que ocorre em Nova York e em outras metrópoles dotadas de bom planejamento. Aliás, as iniciativas de preservação ou recuperação dos mananciais em todo o mundo costumam visar o bem-estar não apenas da flora e da fauna, mas também dos humanos.

Todas essas obras, tanto as já prontas quanto as que estão sendo ou serão concluídas, vão garantir a segurança hídrica da RMSP mesmo que se repitam, no futuro, condições hidroclimáticas tão adversas quanto as que se verificaram no biênio 2014-2015. O outro lado da moeda é que em anos normais algumas dessas estruturas poderão ficar inoperantes. Quando isso acontecer, talvez surjam críticas à realização de "obras desnecessárias", tal como no passado ao término da construção do Sistema Cantareira. Foi para evitar análises *ex-post* dessa natureza que o Conselho Estadual de Saneamento passou recentemente a reconhecer que essas obras são efetivamente necessárias. Trata-se de anti-

do contra o eventual comportamento de algum crítico do futuro, do tipo recentemente descrito pelo Veríssimo: "Crítico é quem fica assistindo à batalha do alto de uma colina e, quando a batalha acaba, desce ao vale e atrai nos sobreviventes".

Como os recursos da Sabesp para investimento são limitados, dar prioridade às obras de reforço da segurança hídrica implica inescapavelmente o adiamento de outros investimentos igualmente importantes, mas menos urgentes. Outros países passaram por dilemas semelhantes e fizeram o mesmo tipo de opção.

Na Sabesp, os recursos para investimentos provêm exclusivamente dos lucros. Esse fato é mal compreendido por muitos, que supõem equivocadamente

Tanto a população quanto a Sabesp aprenderam com a dura experiência

que o lucro da Sabesp serve apenas para engordar os bolsos dos acionistas. Na realidade, apenas o mínimo legalmente obrigatório é que tem esse destino. Mais de 70% do lucro é reinvestido. Isso porque, ao contrário da maioria das empresas de saneamento, a Sabesp não recebe subsídios governamentais e, portanto, depende inteiramente das contas de água pagas pelos consumidores, e não dos impostos pagos pelos contribuintes. Claro, é sempre possível antecipar investimentos por meio de financiamentos. Mas, como é óbvio, os empréstimos têm de ser pagos.

Além das obras para aumentar a oferta de água, também é necessário diminuir as perdas. Nos últimos anos a Sabesp tem feito importante esforço nessa direção. Mas é preciso fazer mais. A principal oportunidade consiste na eliminação da "marcannonada" de tubos espalhados pelas vielas dos assentamentos irreversivelmente estabelecidos, embora irregulares. O sucesso dessa iniciativa depende não apenas da Sabesp, mas também das prefeituras e do Ministério Público.

Durante a crise, a produção de água potável na região metropolitana diminuiu quase 30% em relação à situação pré-crise. Numa situação de tama-

na anormalidade, não se poderia esperar que o fornecimento permanecesse normal. Agora, quando o Sistema Cantareira sai da reserva técnica, há razões para otimismo, porque tudo indica que as condições hidroclimáticas de 2016 serão melhores que as do biênio 2014-2015. Porém é preciso atuar com prudência: ninguém tem bola de cristal e não há conhecimento científico que sustente previsões seguras para além de uma dezena de dias. Os que fazem previsões pseudocientíficas sobre os próximos meses ou anos, em geral com muita repercussão na mídia, são frequentemente desmentidos pelos fatos. Mas não desanimam, porque raramente sofrem qualquer questionamento.

A Sabesp prefere trabalhar com um grande número de cenários hidroclimáticos e simular a evolução do estoque de água do Sistema Cantareira em diferentes hipóteses de transição para a normalidade, a qual não deve ser tão rápida que ponha em risco a segurança hídrica nem tão lenta que sacrifique desnecessariamente a população.

Com base nessas simulações, a Sabesp propôs ações reguladoras do uso do recurso hídrico - o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) e a Agência Nacional de Águas (ANA) - uma metodologia adaptativa que permite significativo aumento da produção de água potável na RMSP já a partir do início deste ano de 2016, o que propiciará real melhoria nas condições de fornecimento.

Essa visão positiva não se sustenta na hipótese de que afluências tão adversas quanto as observadas em 2014 e 2015 se repitam em 2016, antes da conclusão daquelas três mencionadas obras. Contudo trata-se de um evento muito pouco provável e, caso venha a acontecer, será um problema mais simples de resolver do que o enfrentado em 2014-2015. Afinal, tanto a população quanto a Sabesp aprenderam com a dura experiência. A metodologia adaptativa garantirá a correção de rumo caso o pior aconteça. Felizmente, tudo indica que isso não será necessário e que estamos, sim, retornando à normalidade.

* DIRETOR-PRESIDENTE DA SABESP

Publicado desde 1875

Américo de Campos (1875-1884)

Francisco Rangel Pestana (1875-1890)

Julio Mesquita (1885-1927)

Julio de Mesquita Filho (1915-1969)

Francisco Mesquita (1915-1969)

Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)

José Vieira de Carvalho Mesquita (1947-1988)

Julio de Mesquita Neto (1948-1996)

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1947-1997)

Roy Mesquita (1947-2013)

Batalha perdida contra a inflação

JOSÉ CLÁUDIO
SECURATO

O Banco Central (BC) perdeu a batalha contra a inflação. E as causas dessa derrota são:

- Não perseguição do centro da meta de inflação durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff;
- erro ao ancorar as expectativas de convergência da inflação ao centro da meta para final de 2017;
- não pedido de uma meta ajustada para 2015 e 2016;
- e abrir margem para incertezas especulativas sobre a capacidade do BC de ancorar as expectativas de estabilidade dos preços no País.

Vejamos em detalhes. Primeira causa: ou o BC não quis conduzir a inflação ao centro da meta durante o primeiro mandato da presidente Dilma ou não teve competência para tal. Como confio na competência da autoridade monetária brasileira, assumo que não houve intenção de levar a inflação ao centro da meta nesse período. No fundo, a decisão do governo foi tomada com base no Decreto 3.088/09, que em seu artigo 4.º determina que "a meta foi cumprida quando a variação acumulada da inflação (...) situar-se na faixa do seu respectivo intervalo de tolerância".

Segunda: esse decreto estabelece no artigo 2.º que compete ao BC "(...) executar as políticas monetárias para cumprimento das metas fixadas". Embora o termo "necessária" não seja definido pela legislação, interfere-se (espera-se) que determine a medida, o esforço ou o quantum da política monetária deva ser conduzida pelo BC. Se a meta de inflação não foi cumprida, é porque o BC não fez, pois, o necessário.

Cliente da dificuldade de cumprimento da meta de inflação em 2015, o Banco Central esqueceu-se de comentar ao longo do ano se faria o esforço monetário "necessário" para cumprir a meta. Não fez um pedido de meta ajustada ao Conselho Monetário Nacional (CMN) para os anos 2015 e 2016. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) avançou rapidamente e ainda em abril de 2015 superou o centro da meta, de 4,5%; em junho o índice rompeu o limite da meta, de 6,5%. Enquanto isso, as atas das reuniões do Co-

mitê de Política Monetária (Copom) firmaram o compromisso de fazer convergir a inflação para o centro da meta ao final de 2016, fundamental para que a autoridade monetária conquistasse a confiança dos agentes econômicos.

Na penúltima ata do Copom (n.º 194), o BC assume que também não será em 2016 que alcançará o centro da meta. As expectativas do mercado são piores e já entendem que não haverá cumprimento da meta de inflação, incluindo o intervalo de tolerância. Assim, o governo comete grave erro ao ancorar as expectativas de convergência da inflação no centro da meta para final de 2017, entrando sua credibilidade no controle inflacionário.

Terceira: o BC deveria ter ancorado as expectativas inflacionárias junto aos agentes econômicos, no mínimo, ao final de 2014 (assumindo que a eleição presidencial interferiria na decisão monetária), endereçando ao CMN um pedido de meta ajustada para 2015 e 2016. Isso mostraria uma mudança de atitude do governo quanto ao combate à inflação em relação ao primeiro mandato.

Em 2003 o Banco Central atuou assim. Conduzido por Henrique Meirelles, revisitou as metas de 2003-2004, reancorou as expectativas dos agen-

Mais um fracasso do governo federal na condução da política econômica do Brasil

tes econômicos e transformou os desafios da inflação de 2002 (12,5%) numa conversa clara e transparente com o mercado, dizendo: não vamos conseguir cumprir as metas estabelecidas para o biênio 2003-2004 e propomos o cumprimento de uma meta ajustada.

Por fim, quarta causa: a batalha contra a inflação está perdida quando o Banco Central abre margem para especulações sobre sua capacidade de ancorar as expectativas de estabilidade dos preços no País. O BC não cumpre seu propósito legal e desancora expectativas de preços na economia.

O que a legislação estabelece como o sistema de metas é muito maior que um parâmetro de variação da inflação, mas pre-

missas para o maior e mais importante objetivo de um banco central: ser o guardião da moeda, como diz o site do BC (www.bcb.gov.br): "Assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda (...)". Guardar a moeda significa ancorar as expectativas dos agentes econômicos quanto a preços, investimentos e rentabilidade; ou refletir a confiança na economia do País.

O efeito disso é que o uso tardio do instrumento monetário será menos eficiente e custará mais caro ao País. O BC está atrasado. Só na última ata do Copom (n.º 195) assume a possibilidade de um novo ciclo de aperto monetário: "Copom considera que remanescem incertezas associadas ao balanço de riscos (...) e que o processo de realinhamento de preços relativos mostra-se mais demorado e mais intenso que o previsto. Parte de seus membros argumenta que seria oportuno ajustar, de imediato, as condições monetárias, de modo a reduzir os riscos de não cumprimento dos objetivos do regime de metas para a inflação (...)".

A evolução de juros, quando se efetuada, será menos eficiente e precisará ser mais forte, pois a inflação está muito distante da meta: projetada para além dos 10,70% em 2015. Assim, juros mais altos, por mais tempo geram um custo muito alto ao País.

O desafio do BC ficou enorme. Somadas às pressões inflacionárias vistas em 2015, que serão carregadas em alguma proporção para 2016, há pressões do processo de impeachment, do ex-presidente Lula, do PT, dos sindicatos e movimentos sociais por políticas expansionistas serem promovidas pelo governo, o que certamente pressionará ainda mais preços.

Com essa batalha perdida, o governo soma mais uma frente de fracasso na condução da política econômica do Brasil. Aos agentes econômicos sobra a incerteza quanto aos preços para os próximos anos. A população resta a perda de renda real de forma intensa e abrupta.

* DOUTOR PELA FEA-USP, É PRESIDENTE DA SAINT PAUL ESCOLA DE NEGÓCIOS E DO INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS DE SÃO PAULO (IBEF-SP)

Fórum dos Leitores

QUE PAÍS É ESSE? Por que não havia avião?

Inadmissível uma criança ter perdido a vida enquanto aguardava a chegada de um coração compatível com seu organismo porque a FAB não tinha avião disponível para transportar o órgão até Brasília! Claro, as aeronaves com certeza estavam à disposição de S. Exas. (ministros, presidentes do Senado e da Câmara e outros mais), que não têm a dignidade de viajar em aviões de carreira - medo é a única explicação, porque vergonha nenhum deles deve nem saber o que significa, não é verdade? Ah, o poder... Como faz as pessoas perderem totalmente a noção da realidade, de como é a vida real, que não é esse mundo inebriante que corrompe, e não conseguem mais viver respeitando o próximo. Se eles ou qualquer pessoa de suas relações tivessem necessidade de um avião para chegar a São Paulo (ao Sr. Libanês), num

passo de mágica com certeza teriam uma frota à disposição. Até quando vamos ficar nesta passividade e aceitar tudo isso que está acontecendo no nosso país? Não temos direito a nada. Mas obrigações temos muitas!

MARIZA SILVA BUENO FERRARI
marizaferrari@hotmail.com
São Paulo

CORRUPÇÃO Cada um fazendo sua parte

O corrupto governo do Partido dos Trabalhadores editou em dezembro a malfeita MP 703 e, juntamente com a Controladoria-Geral da União e a Advocacia-Geral da União, vem tentando legalizar a corrupção, tirando da jogada o Tribunal de Contas da União, cuja atividade é o controle e proteção do patrimônio público. De modo que as empresas que fizeram acordo de leniência estariam livres das Leis Anticorrupção e Improbidade Administrativa. E agora o manifesto de

críticas dos advogados (matéria paga) à Operação Lava Jato, como se fosse em defesa legítima do interesse público (de todos nós), como quer parecer; mas é enganação, pois o que defendem são interesses privados (particulares) e são muito bem pagos. Tentam, como o Partido da Tramóia, desqualificar os outros. Estão desesperados porque não conseguem a nulidade dos processos como a sultura de seus clientes. Como se vê, tentam desesperadamente manter o esquema de propinas e legalizar definitivamente a corrupção. Graças à Lava Jato (Policia Federal-Ministério Público-Justiça Federal-STJ-STF) não há mais intocáveis, gente acima da lei. A Polícia Federal realiza buscas, apreende documentos, enquadra ministros, senadores, empresários. As decisões do Ilustríssimo Sergio Moro têm sido confirmadas nos tribunais superiores. Estão, enfim, resgatando a honra do povo brasileiro.

JOÃO BATISTA TAVARES DA SILVA

perestavares@yahoo.com.br
São Paulo

Não há meio-termo. Todos os que são contra a Operação Lava Jato são a favor da corrupção.

EUGÊNIO JOSÉ ALATI, advogado
eugenioalati@gmail.com
Campinas

Delação premiada

Srs. advogados de canalhas, não existe coação para delação. Existe, sim, o efeito Marcos Valério. Pagar sozinho, só se for trouxa como ele, que acreditou nos "cumpanhieiros".

RICARDO HANNA
ricardohanna@bol.com.br
São Paulo

RETROBRÁS Derrocada

A ação da Petrobrás, na tarde

desta segunda-feira, valia apenas R\$ 4,93. Menos do que um coco na beira da praia. A quem devemos agradecer?

ELISABETH MIGLIAVACCA
elisabeth448@gmail.com
São Paulo

Leitor indeciso (2)

Ainda bem que eu acabei tomando aquele chope. Senão já estaria no prejuízo.

MOISES GOLDSTEIN
mgoldstein@bol.com.br
São Paulo

PREFEITURA PAULISTANA Figurino dos taxistas

É ridícula a norma da Prefeitura que obriga os taxistas a usarem traje social em São Paulo. Vivemos num país tropical e se o taxista quiser usar bermuda, caneta e sandálias é problema dele, ninguém tem nada que ver com isso. Taxista tem de saber dirigir

corretamente, respeitar as regras de trânsito e ser educado com os passageiros. A forma como ele se veste não diz respeito à Prefeitura nem ao lamentável prefeito Fernando Haddad (PT), que deveria é parar de multar as pessoas a torto e a direito e cuidar de questões realmente importantes para os cidadãos. Tudo tem limites.

RENATO KHAIR
renatokhair@uol.com.br
São Paulo

Superficialidades

Agora a discussão é em torno das roupas e do linguajar que devem ser adotados pelos taxistas da capital. Antes foram as ciclovias e ciclofaixas, que se reproduzem como coelhos em nossa cidade (leia-se: pintar as ruas, e também os buracos e bueiros de vermelho). Como se pode perceber, são dois assuntos da mais alta importância e relevância para o futuro da maior cidade